



## **Condicionantes do Desenvolvimento Humano nos municípios mineiros**

### **Conditional factors of Human Development at the Municipal Level**

#### **Wesley de Almeida Mendes**

Email: wesleyadm@live.com

Mestre e doutorando em Administração pela Universidade Federal de Viçosa.  
Graduado em Administração pela FAGOC. Professor no IF Sudeste MG, campus Rio Pomba, Brasil

#### **Marco Aurélio Marques Ferreira**

Email: marcoufv1@gmail.com

Professor Associado da Universidade Federal de Viçosa, atuando no ensino, pesquisa e extensão nos cursos de graduação em Administração e Contabilidade e nos Programas de Pós-graduação em Administração e de Extensão Rural, Brasil

#### **Luiz Antônio Abrantes**

Email: abrantes@ufv.br

Professor Associado da Universidade Federal de Viçosa, atuando no ensino, pesquisa e extensão nos cursos de graduação em Administração e Contabilidade e no Programa de Pós-graduação em Administração, Brasil

#### **Wanderson de Almeida Mendes**

Email: wandersonsan@hotmail.com

Mestre e doutorando em Administração pela Universidade Federal de Viçosa.  
Graduado em Administração pela FAGOC, Brasil

#### **Resumo**

Dentre os temas mais recorrentes da literatura de Administração Pública, o desenvolvimento humano é um dos mais complexos em razão das multiplicidades de fatores que o permeia. Embora seja inequívoca a relação disponibilidade de

recursos públicos e o nível desenvolvimento humano, existe um descompasso na literatura da área, sobre essa relação, principalmente sobre o efeitos desses recursos nos diferentes níveis do desenvolvimento. Considerando essa questão, esta pesquisa buscou identificar quais fatores e em que dimensão influenciam o desenvolvimento, tomando como unidade de análise os municípios mineiros. Para a operacionalização dessas relações, utilizou-se dados em *cross section* anual para 749 municípios mineiros, aplicando-se as técnicas de análise fatorial e a regressão logística multinomial. Dentre os principais resultados, constatou-se que as condições econômicas e de autofinanciamento dos municípios mineiros não desempenharam papel no avanço do desenvolvimento humano. Entretanto a melhoria da infraestrutura social e instrução social tiveram efeito contrário.

**Palavras-chave:** Administração Pública, Desenvolvimento humano; Transferências intergovernamentais.

### **Abstract**

Among the most recurrent themes in the public administration literature, human development is one of the most complex because it is permeated by a multiplicity of factors. While there is a clear relation between the availability of public resources and human development level, there is still a gap in the literature about its effects at different levels of development. On this issue, the objective of this research is to identify which factors and to what extent they influence the development, taking as a unit of analysis the municipalities. For the development of these relations, an annual cross section data was used for 749 municipalities, applying the techniques of factor analysis and multinomial logistic regression. Among the main results, it was highlighted that economic conditions and self-financing play poor role in the advancement of human development on the municipal level. On the other hand, it is crucial to maintain the human development standards, while improving social infrastructure and social education affecting positively the growth of human development.

**Keywords:** Public Administration; Human Development; Intergovernmental transfers.

## Resumen

Entre los temas más recurrentes en la literatura de la administración pública, el desarrollo humano es uno de los más complejos debido a la multiplicidad de los sus factores. Aunque no sea evidente la relación de disponibilidad de los recursos públicos y el nivel de desarrollo humano, aún existe un vacío en la literatura sobre sus efectos en diferentes niveles de desarrollo. Ante esta cuestión, se buscó identificar qué factores y en qué medida influyen en el desarrollo, tomando como unidad de análisis las ciudades. Para el desarrollo de estas relaciones, fue utilizado los datos de la sección transversal anual de 749 municipios del estado de Minas Gerais - Brazil, aplicando las técnicas de análisis factorial y de regresión logística multinomial. Entre los principales resultados, se hace hincapié en el hecho de que las condiciones económicas no desempeñó ningún papel en la promoción del desarrollo humano, pero su mantenimiento, mientras que la mejora de la infraestructura social y educación social han influenciado positivamente en el crecimiento del desarrollo humano.

**Palabras clave:** Administración Pública; Desarrollo Humano; Transferencias Intergubernamentales.

## 1 Introdução

A promoção social agrega um conjunto de fatores relacionados aos aspectos econômicos, financeiros, sociais e culturais que conjuntamente influenciam o nível de desenvolvimento humano, compreendido, na visão de Sen (2000) como um processo de expansão e da qualidade da educação, serviços de saúde e outras condições sociais que melhoram o bem-estar social e conseqüentemente a qualidade de vida da população.

Essa perspectiva multidimensional do desenvolvimento humano foi foco de diversos estudos, a exemplo de Bilbao-Ubillos (2013), Wu, Fan e Pan (2014), Heo e Hahm (2015) e Hou, Walsh e Zhang (2015) que, ao considerarem a multidimensionalidade do tema e sua importância para análises conjuntas, propuseram em seus estudos elaborar um novo índice de desenvolvimento humano, acrescentando outras dimensões sociais não mensurados pelo IDH, como gênero, desigualdade de renda e perfil político da região.

Para que se alcance níveis satisfatórios das condições socioeconômicas nos Municípios, faz se necessários investimentos em políticas públicas eficientes.

Entretanto num país de grande extensão territorial, com nível de desigualdade e desenvolvimento regional heterogêneo essa relação se contrapõe. Arretche (2010) aponta que uma das dificuldades reside na desigualdade de receita quanto às jurisdições, sendo que para Galvarro, Braga e Fontes (2008) um dos maiores desafios para o federalismo fiscal brasileiro é reverter esse quadro de desigualdades. Para esses autores, uma das formas de ajustar essa situação, dentro de uma federação, é, sem dúvida, um sistema de distribuição de recursos e de atribuições governamentais que permita equilibrar a atuação pública dos municípios nos diversos pontos do país.

Neste contexto, para Souza (2005) o objetivo do federalismo cooperativo está longe de ser alcançado por duas razões principais. A primeira está nas diferentes capacidades dos governos subnacionais de implementarem políticas públicas, dadas as enormes desigualdades financeiras, técnicas e de gestão existentes. A segunda está na ausência de mecanismos constitucionais ou institucionais que estimulem a cooperação, tornando o sistema altamente competitivo.

Essas constatações se devem a forma da implementação do federalismo no país com a concentração na União das bases tributárias mais relevantes além do poder decisório, ficando os Estados e Municípios dependente das transferências intergovernamentais, principalmente aqueles com baixa capacidade econômica e de arrecadação de receitas próprias. Essa dependência financeira foi constatada em diversos trabalhos a exemplo de Cossio (1995), Massardi (2014), Lira (2013) e Leroy (2015), onde se evidenciaram as disparidades econômicas inter-regionais e as diferenças na arrecadação tributária, constatando-se a crescente dependência da maioria dos Municípios brasileiros pelas transferências intergovernamentais e o recorrente decréscimo no nível de arrecadação própria.

Apesar das transferências buscarem realizar o equilíbrio fiscal entre as localidades, segundo Baião (2013) elas não conseguiram promover esse equilíbrio nos municípios em situação de extrema pobreza e crescimento populacional, ao contrário dos municípios com menor necessidade fiscal que foram favorecidos por esses recursos.

A eficiência dos gastos públicos foi tema de diferentes estudos, como o de Faria, Jannuzzi e Silva (2008) que estudaram a eficiência dos gastos sociais com saúde, educação, cultura e saneamento na melhoria dos indicadores sociais de desenvolvimento humano e condição de vida nos municípios fluminenses. Os

principais resultados destacaram a evidência das desigualdades entre os municípios fluminenses, sejam econômicos, sociais ou financeiros, havendo a identificação de Municípios com baixa capacidade econômica e financeira, mas com níveis de desenvolvimentos satisfatórios, em detrimento de outros com elevada capacidade financeira e econômica, mas com baixos valores de desenvolvimento.

Considerando a importância da qualidade dos gastos públicos e da eficiência pública como mecanismo de promoção do desenvolvimento, questiona-se a magnitude dos fatores sociais e econômicos afetam o nível de desenvolvimento humano dos municípios mineiros?

Desta forma o objetivo desta pesquisa consiste em identificar a implicação da infraestrutura social, da capacidade econômica e das transferências intergovernamentais nos indicadores de melhoria do desenvolvimento humano nos municípios mineiros. Especificamente, pretende-se identificar a influência dos fatores relacionados à infraestrutura social, às transferências intergovernamentais e a capacidade econômica do município em relação ao nível de Desenvolvimento Humano.

## **2 Referencial Teórico**

### **2.1 Desenvolvimento humano e Qualidade de vida**

A temática da qualidade de vida é ampla, com discussões nos campos da estatística, economia, ciências sociais, urbanismo, psicologia, medicina, saúde pública e geografia e envolve diferentes interpretações sobre seus constructos (Morato, Kawakubo, & Luchiari, 2008; Kapuria, 2014).

A fim de proporcionar condições favoráveis aos indivíduos é necessário que haja processos de desenvolvimento humano, tratados por Sen (2010) como um sinônimo de liberdade, influenciados, de um lado, pela garantia social, de liberdades, tolerância e possibilidade de troca e transações, e por outro, pelo papel público no fornecimento de serviços sociais fundamentais para a formação e aproveitamento das capacidades humanas, como saúde e educação.

Barber et al. (2014) tratam o bem-estar e qualidade de vida sobre a relação dos múltiplos domínios, competências, que cercam o ser humano, que consistem em economia, educação, religião, pessoal, saúde, família e emprego, todos relacionados aos domínios satisfação, segurança e estabilidade, regidos pelo domínio Político.

Nestas perspectivas, para a efetividade do desenvolvimento humano e da melhoria das condições de vida, fatores mínimos como a satisfação das necessidades básicas da vida do homem, saúde, educação, moradia, água potável, trabalho, educação, renda, lazer, que dizem respeito às noções de conforto, bem-estar e realização individual e coletivo, devem ser atendidos (Minayo, Hartz, & Buss, 2000; Poradzisz & Florczak, 2013). Nota-se, nesse sentido, que a qualidade de vida ocorre quando há promoção do desenvolvimento humano, por meio da disponibilidade de acesso à programas sociais.

Na saúde, se baseia na capacidade de viver sem doenças ou superar as condições de morbidade, aliviando a dor, o mal-estar e as doenças, intervindo nos agravos que as doenças podem gerar, diagnosticando-as e/ou tratando-as (Minayo *et al.*, 2000). Já a educação, consiste na possibilidade de o indivíduo ter conhecimento de mundo, bem como favoreça a voz política aos indivíduos.

Estes fatores de cunho social, garantidos pela Constituição Federal de 1988, são considerados como direitos sociais e compete ao Estado criar mecanismos e políticas públicas para a garantia desses direitos, bem como é dever da sociedade e família fazer com que esses direitos se cumpram efetivamente (Brasil, 1988).

Com as garantias previstas pelo Estado e o crescimento da demanda social por políticas públicas que melhorem as condições de vida, evidencia a necessidade do autofinanciamento municipal, aumentando esforços para ampliar a capacidade de arrecadação fiscal (Marinho & Jorge Neto, 1999). Assim sendo, é dever do representante popular gerir as finanças públicas com o objetivo de realizar gastos municipais que forneçam a maximização do desenvolvimento social (Scarpin & Slomski, 2007).

Torna-se, então, necessária a articulação de esforços por meio de planejamento, organização e gerenciamento das ações conjuntas de diferentes setores de promoção social visando a melhor utilização dos recursos vigentes para atender de forma efetiva as necessidades sociais e combater os problemas existentes (Teixeira & Paim, 2000).

Percebe-se assim a relação entre desenvolvimento humano, qualidade de vida e as taxas de urbanização e infraestrutura do local, além da influência da existência de capital humano especializado e maiores investimentos governamentais ao meio urbano (Marinho & Jorge Neto, 1999). Para Kran e Ferreira (2006), melhores condições habitacionais e ambientais, como água tratada, coleta de lixo, pavimento

asfáltico, demonstram a preocupação da administração pública nas melhorias das condições sociais.

## 2.2 Federalismo fiscal e as funções do governo

A fim de financiar os gastos do governo com a aplicação de políticas públicas, o Estado necessita da contribuição financeira da sociedade, arrecadada através dos tributos. Entende-se, para tanto, como tributos “toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”. (Brasil, 1966). Consistem na contribuição obrigatória do indivíduo, da empresa e da instituição no financiamento dos gastos do governo para a prestação de serviços públicos. (Grzybovski & Hahn, 2006).

Diante a gestão dos tributos, Musgrave e Musgrave (1980) consideram três funções básicas para o Governo, a função alocativa, referente ao fornecimento de bens públicos, através da alocação de recursos; a função distributiva, com objetivo em promover distribuição de renda mais justa e garantir o desenvolvimento econômico; e a função estabilizadora, que consiste no equilíbrio entre a oferta e demanda empregada na economia, a fim de proporcionar aumento de emprego, equilíbrio na balança comercial e aumento na taxa de crescimento econômico.

Para atender essas funções, o Governo Federal busca centralizar grande parte dos tributos, redistribuindo-os para os estados e municípios com objetivo de atenuar as desigualdades entre os governos subnacionais, bem como reduzir a possibilidade de conflitos fiscais entre esses entes federados (Baião, 2013).

A arrecadação tributária dos entes federados depende da produção econômica local, tendo em vista a circulação de bens e serviços que podem ser tributados. Contudo, a depender de localidades com baixa atividade econômica, o esforço arrecadatário quase sempre não é capaz em gerar receitas suficientes para financiar as despesas dos municípios, tendo em vista a necessidade fiscal, que consiste no financiamento dos serviços públicos (Baião, 2013), necessitando de recursos federais e/ou estaduais a fim de atender aos programas sociais e demais gastos municipais.

O modelo do federalismo fiscal brasileiro é tratado como um dos países em desenvolvimento mais descentralizado do mundo, nos recursos tributários e na sua gestão, contudo, há pressão de Estados e Municípios sobre o governo federal a fim

de proporcionar financiamento de suas dívidas (Souza, 2003). Sobre essa situação, Arretche (2005), embora considera arriscado afirmar um padrão nos sistemas tributário e fiscal brasileiros, considera que há descentralização das receitas, centralização da arrecadação no governo federal e centralização da autoridade sobre as decisões de arrecadação e de gasto.

A centralização tem por base, possibilitar ao Governo Federal realizar transferências de recursos para as regiões, visando a redução das desigualdades inter-regionais e promover o desenvolvimento nas regiões, bem como propiciar aos municípios maiores condições em oferecer bens e serviços públicos de qualidade para a população (Massardi, 2014; Boadway, 2007; Lü, 2015; Amorim Neto & Simonassi, 2013; Abbott & Jones, 2012). No Brasil, esse mecanismo se tornou necessário tendo em vista a grande extensão territorial brasileiro e as desigualdades econômicas e sociais ao longo das regiões.

As transferências ocorrem sobre diversas formas, podendo ser classificadas, conforme Mendes, Miranda e Cosio (2008), pela sua condicionalidade, quando observa a vinculação ao determinado fim, ou pela existência ou não de contrapartida do governo.

Embora necessária para o financiamento de políticas públicas de desenvolvimento social, Sobel e Crowley (2014) ressaltam que as transferências intergovernamentais devem possuir caráter temporário e, em condições específicas quando o programa social não possui prazo de término, é necessário que o governo local aplique tributos para atender essa demanda. Contudo, diferente de outros países, a receita tributária dos governos locais brasileiros possui grande dependência das receitas de transferências (Mendes *et al.*, 2008), cuja capacidade de arrecadação dos municípios possui pouca relevância para sustentar a demanda de recursos a serem aplicados em programas sociais.

### **3 Metodologia**

#### **3.1 Delimitação e coleta da amostra**

A unidade empírica de análise foram os municípios do estado de Minas Gerais, cuja escolha está justificada pela heterogeneidade social, econômica e pelo grande número de municípios, refletindo na coexistência de regiões modernas e dinâmicas e regiões atrasadas e estagnadas (Costa *et al.*, 2012; Massardi, 2014). Foram pesquisados 749 dos 845 municípios mineiros, considerando apenas os municípios



com dados existentes para as variáveis analisadas. Foram utilizados dados secundários referentes ao ano de 2010, tendo em vista que grande parte das variáveis utilizadas foram coletadas do censo demográfico do IBGE, sendo o último censo realizado no ano de 2010. disponibilizados pelo banco de dados do (IBGE, n.d.) e do FINBRA (Tesouro Nacional, 2013), conforme discriminados na Tabela 1.

Tabela 1: Variáveis empregada e embasamento teórico

| Variável                              | Base teórica   | Descrição  | Expec. teórica |
|---------------------------------------|--|--|----------------|
| PIB <i>per capita</i>                 | Silva (2009); Costa, Ferreira, Braga, & Abrantes (2012)  | Produção econômica do município.   | +              |
| Arrecadação própria <i>per capita</i> | Massardi (2014)  | Capacidade municipal em arrecadar recursos   | +              |
| Longevidade                           | Guerra e Fígoli (2013)   | Expectativa de vida do indivíduo a partir do nascimento  | +              |
| Fecundidade                           | Buss (2000)  | Taxa de gravidez   | -              |
| Mortalidade infantil                  | Guerra e Fígoli (2013)   | Número de crianças nascidas vivas que não sobrevivem até o 1º ano de vida  | -              |
| Anos de estudo                        | Morato <i>et al.</i> (2008)  | Tempo em anos do indivíduo na escola   | +              |
| Analfabetismo 15 anos ou mais         | Morato <i>et al.</i> (2008)  | Taxa de pessoas acima de 15 anos que não sabem ler e/ou escrever   | -              |
| Taxa de Urbanização                   | Kran e Ferreira (2006); Morato <i>et al.</i> (2008)  | Taxa de vias públicas em área Urbana, com pavimento asfáltico, meio fio e arborização                            | +              |
| (%) lixo coletado                     | Faria <i>et al.</i> (2008), Brunozi Jr et al (2011); Kran e Ferreira (2006); Morato <i>et al.</i> (2008) | Taxa de coleta de lixo municipal   | +              |
| (%) água e esgoto                     | Faria <i>et al.</i> (2008), Brunozi Jr et al (2011); Kran e Ferreira (2006); Morato <i>et al.</i> (2008) | Taxa com imóveis disponíveis com esgoto e água encanadas.  | +              |
| Esforço fiscal                        | Massardi (2014)  | Nível de independência fiscal, calculado pela razão entre a arrecadação própria total e as transferências totais | +              |
| Transferências <i>per capita</i>      | Faria, Farias, Ferreira e Silva (2011); Silva (2009).  | Taxa de recursos repassados por outros níveis de governo para equalização fiscal                                 | +              |

**Fonte:** elaborado pelo autor

### 3.2 Tratamento dos dados

Como variável dependente adotou-se o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal -IFDM, elaborado pelo Sistema FIRJAN que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os mais de 5 mil municípios brasileiros

em três áreas de atuação: Emprego e renda, Educação e Saúde, em uma escala de 0 à 1, sendo quanto mais próximo de 1 melhor o nível de desenvolvimento. Diante dessa proporção a escala é dividida em 4 níveis: Baixo (0 à 0,400), Médio (acima de 0,400 à 0,600), Alto (acima de 0,600 à 0,800) e Muito alto desenvolvimento (acima de 0,800) (FIRJAN, 2014).

Após seleção dos dados, utilizou-se da técnica da Análise Fatorial a fim de reduzir o número de variáveis em fatores que interpretem, com a menor perda de informações, as variáveis utilizadas. Segundo Pestana e Gageiro (2008) esta técnica que procura explicar a correlação entre as variáveis observáveis, simplificando os dados através da redução do número de variáveis necessárias para os descrever.

Em seguida, para identificar a capacidade de influência das variáveis sobre o desenvolvimento humano foi empregado a Regressão Logística Multinomial. Nesta técnica a variável dependente assume mais de dois valores nominais permitindo avaliar as significâncias de cada variável independente sobre a dependente (Marôco, 2006; Hair Jr., Black, Babin, Anderson, & Tatham, 2009), favorecendo a estimação da probabilidade de ocorrência do fenômeno para cada alternativa da variável dependente (Fávero, 2015).

Ambas as técnicas foram analisadas pelo software SPSS 20, um sistema eletrônico de avaliação de dados de estatísticas do campo social.

## 4 Resultados e Discussões

### 4.1 Descrição dos dados

A diferença de magnitude entre os municípios em relação às variáveis PIB *per capita* e Arrecadação *per capita*, *identificado pelo desvio padrão acima da média*, confirmam as desigualdades relacionadas ao potencial econômico do conjunto dos municípios. Outra variável com esta mesma configuração está relacionada as transferências *per capita* que apresentam maior homogeneidade e maior amplitude. A maior amplitude se explicada pelos critérios de repasse do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, considerando o fator população e o fator renda *per capita*. Neste aspecto cumpre-se a função do fundo na busca das reduções de assimetrias horizontais, ao promover a repartição de recursos aos municípios menos

desenvolvidos, compensando a inexistência de recursos próprios face ao reduzido nível de atividade econômica.

A distribuição da população em Minas Gerais não é uniforme havendo áreas de grande concentração ao lado de outras com população escassa, além disso, quase metade da população no Estado concentra-se em municípios com faixa populacional abaixo de 50 mil habitantes. O menor município Serra da Saudade com 815 habitantes apresentou no período de estudo FPM *per capita* de R\$ 7.899,32 e o maior, Belo Horizonte com população de 2.735.151 habitantes apresentou FPM *per capita* de R\$ 153,97.

Pelos resultados da assimetria e curtose verifica-se a concentração de observações nos valores mais elevados no contexto social. Contudo verifica-se a existência de desigualdade no acesso à serviços básicos, demonstrada pela grande amplitude dessas variáveis. O saneamento básico, representado pela existência de esgoto e coleta de lixo, e a urbanização municipal, embora atendessem quase 100% da população em muitos municípios, há evidências de grandes discrepâncias em áreas cuja metade população não eram contempladas com estes serviços. O mesmo se aplica para os anos de estudo da população em que alguns municípios apresentaram resultados bem abaixo da média estadual de 9 anos. Estes resultados refletem no IFDM, que também possui assimetria negativa, indicando concentração nos níveis mais elevados, embora alguns municípios apresentassem baixos valores de desenvolvimento.

Tabela 2: Estatísticas descritivas

| Variáveis                        | Mínimo   | Máximo     | Média     | Desvio    | Assimetria | Curtose |
|----------------------------------|----------|------------|-----------|-----------|------------|---------|
| IFDM                             | 0,35     | 0,85       | 0,634     | 0,09      | -0,154     | -0,277  |
| PIB per capita                   | 3.593,20 | 239.773,60 | 12.217,61 | 14.525,68 | 8,223      | 101,196 |
| Transferências <i>per capita</i> | 685,83   | 9.752,80   | 1.750,12  | 862,39    | 3,087      | 18,499  |
| Longevidade                      | 68,37    | 78,15      | 74,41     | 1,79      | -,240      | -0,204  |
| Fecundidade                      | 1,33     | 3,22       | 2,04      | 0,35      | ,442       | 0,032   |
| Mortalidade infantil             | 10,35    | 27,80      | 16,40     | 2,92      | ,514       | 0,340   |
| Anos de estudo                   | 6,03     | 11,03      | 9,09      | 0,77      | -,385      | 0,259   |
| Analfabetismo ≥ 15 anos          | 2,87     | 35,00      | 13,48     | 6,56      | ,826       | 0,095   |
| Esforço fiscal                   | 0,0012   | 0,7035     | 0,05      | 0,05      | 4,248      | 37,025  |
| Taxa de Urbanização              | 0,185    | 0,9995     | 0,67      | 0,19      | -,363      | -0,769  |
| (%) lixo coletado                | 0,1969   | 0,9988     | 0,73      | 0,19      | -,633      | -0,473  |
| (%) Esgoto                       | 0,0039   | 0,9817     | 0,59      | 0,26      | -,610      | -0,545  |
| Arrecadação <i>per capita</i>    | 2,0346   | 3712,42    | 91,00     | 174,42    | 13,914     | 262,598 |

Fonte: dados da pesquisa

## 4.2 Análise fatorial e estimação do modelo logístico multinomial

A análise fatorial apresentou confiabilidade para o teste de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) cujo resultado foi 0,748 em uma escala que varia de 0 à 1. O teste de esfericidade de Bartlett que testa a hipótese da matriz das correlações apresentou valor inferior a 0,05 de significância, indicando que as variáveis selecionadas são adequadas para a análise. Utilizando-se do critério da raiz latente, que segundo Hair Jr. *et al.*, (2009) considera que cada variável deve contribuir com valor mínimo 1 do autovalor total, foram determinados os 4 fatores que respondem 72,882% das variáveis escolhidas.

Os fatores identificados pelas variáveis responsáveis por sua formação foram assim denominados: Fator 1 - Infraestrutura social – relaciona-se às condições sociais de urbanização, saúde e longevidade; Fator 2 - Autofinanciamento – relaciona-se ao aspecto independência fiscal; Fator 3 - Instrução social – relaciona-se ao grau de instrução social e seus efeitos sociais e Fator 4 - Capacidade econômica – relaciona-se ao nível de atividade econômica e equalização financeira dos municípios.

Na Tabela 3 é possível verificar os fatores, através das variáveis que se agruparam e os pesos de suas cargas fatoriais. Todas as variáveis se comportaram conforme o previsto pelas expectativas teóricas. Destaca-se o fator 3 ter relacionado de forma inversa as variáveis “anos de estudo” e “fecundidade”, podendo ser explicada, de acordo com IBGE (2010) que quanto maior a fecundidade menor tende a ser a escolaridade.

Tabela 3: Matriz de componente rotativa

| Variáveis/Fator               | 1      | 2     | 3      | 4     |
|-------------------------------|--------|-------|--------|-------|
| Longevidade                   | 0,783  |       |        |       |
| Mortalidade                   | -0,780 |       |        |       |
| Analfabetismo 15 anos ou mais | -0,766 |       |        |       |
| Taxa de Urbanização           | 0,830  |       |        |       |
| (%) lixo coletado             | 0,879  |       |        |       |
| (%) Esgoto                    | 0,828  |       |        |       |
| Arrecadação própria per capta |        | 0,954 |        |       |
| Esforço fiscal                |        | 0,899 |        |       |
| Anos de estudo                |        |       | -0,764 |       |
| Fecundidade                   |        |       | 0,732  |       |
| PIB per capita                |        |       |        | 0,719 |
| Transferências Per capta      |        |       |        | 0,837 |

**Fonte:** dados da pesquisa

Para a aplicação da regressão Logística multinomial sobre as escalas da variável dependente (IFDM) utilizou-se as quatro gradações de escala adotadas para apuração do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal - IFDM (FIRJAN, 2014). Assim foram formadas a Escala 0, denominada “Baixo”, com 3, a Escala 1,

denominada “Médio” com 250, a Escala 2 denominada de “Alto”, com 473 e a Escala 3 denominada de “Muito Alto” com 23, totalizando 749 Municípios. Para efetuar a comparação do comportamento dos fatores nos extremos de nível de desenvolvimento foram utilizadas duas regressões tendo as Escalas 3 e 0 como referência.

O teste do rácio da verossimilhança apresentou um modelo significativo à 1% e o modelo final apresentou melhor ajuste que a hipótese nula, com menor AIC e BIC. Esse teste analisa o ajustamento dos modelos, onde compara o modelo final, completo com todas as variáveis independentes, com o modelo reduzido, com apenas a interceptação do modelo. Os testes de Pearson e Desvio apresentaram nível de significância de 1, indicando a não rejeição da hipótese nula que o modelo se ajusta apropriadamente aos dados. O pseudo-R<sup>2</sup> de McFadden O pseudo R<sup>2</sup> de apresentou valor de 0,407 que, de acordo com McFadden (1979), por estar próximo do intervalo de excelência que varia de 0,2 e 0,4, pode ser considerado como um bom resultado.

As estimativas e coeficientes de regressão para cada escala do IFDM, teve como referência o valor de Baixo desenvolvimento e a finalidade de identificar como os fatores promovem o desenvolvimento humano, conforme apresentado na Tabela 4.

O fator instrução social foi o único que apresentou significância em todos os níveis do IFDM. Este fato pode ser explicado pela forma de sua composição, agregando fatores de educação e condições sociais (fecundidade). Como esperado, esse fator tem relação inversa na composição da regressão, tendo em vista que quanto menor o nível de educação, maior tende a ser a fecundidade local, interferindo nos demais níveis.

Tabela 4: Estimativas do Parâmetro para categoria de referência 0

|   | IFDM                  | B      | Erro padrão | Wald   | df | Sig.  | Exp(B)  |
|---|-----------------------|--------|-------------|--------|----|-------|---------|
| 1 | Interceptação         | 8,062  | 2,156       | 13,979 | 1  | 0,000 |         |
|   | Infraestrutura social | 0,702  | 0,964       | 0,530  | 1  | 0,466 | 2,018   |
|   | Autofinanciamento     | 0,845  | 2,646       | 0,102  | 1  | 0,750 | 2,327   |
|   | Instrução social      | -1,842 | 0,727       | 6,414  | 1  | 0,011 | 0,159   |
|   | Capacidade econômica  | 1,444  | 1,981       | 0,531  | 1  | 0,466 | 4,238   |
| 2 | Interceptação         | 9,243  | 2,158       | 18,346 | 1  | 0,000 |         |
|   | Infraestrutura social | 2,596  | 0,975       | 7,093  | 1  | 0,008 | 13,409  |
|   | Autofinanciamento     | 1,637  | 2,652       | 0,381  | 1  | 0,537 | 5,141   |
|   | Instrução social      | -2,656 | 0,736       | 13,032 | 1  | 0,000 | 0,070   |
|   | Capacidade econômica  | 2,137  | 1,986       | 1,157  | 1  | 0,282 | 8,471   |
| 3 | Interceptação         | 1,362  | 2,439       | 0,312  | 1  | 0,577 |         |
|   | Infraestrutura social | 6,560  | 1,231       | 28,420 | 1  | 0,000 | 706,218 |
|   | Autofinanciamento     | 2,616  | 2,659       | 0,968  | 1  | 0,325 | 13,685  |
|   | Instrução social      | -3,833 | 0,849       | 20,377 | 1  | 0,000 | 0,022   |
|   | Capacidade econômica  | 2,396  | 1,997       | 1,439  | 1  | 0,230 | 10,975  |

Fonte: Dados da pesquisa

Sobreira e Campos (2008) ressaltaram queda da qualidade da educação no Brasil. Apesar do aumento dos gastos públicos, os avanços das reprovações e as quedas nas avaliações de qualidade da educação básica prejudicaram o seu desenvolvimento. Os autores apontam para a importância do ensino integral e a aplicação adequada dos recursos para melhorar a qualidade da educação.

A infraestrutura social apresentou significância em quase todos os níveis de desenvolvimento, exceto na melhoria do Baixo desenvolvimento para Médio desenvolvimento. Estes resultados ratificam o estudo de Kran e Ferreira (2006), que apontaram a necessidade de aspectos urbanos, tais como água tratada, coleta de lixo, esgoto encanado e preservação ambiental na melhoria das condições de vida da população.

A Tabela 5 ilustram as estimativas e coeficientes da regressão para cada escala de desenvolvimento. Ao contrário da Tabela 4, a referência dos resultados está vinculada ao valor de Alto desenvolvimento, para se estabelecer a estimativa de uma possível redução ou ausência desses fatores e suas implicações no desenvolvimento humano.

Observa-se que os fatores de Autofinanciamento e de capacidade econômica não empregam significância para elevar os níveis de desenvolvimento humano,

embora quando analisado em municípios com alto desenvolvimento, estes valores apresentam significância para a manutenção do desenvolvimento. Estes resultados se assemelham ao encontrado no estudo de Marinho e Jorge Neto (1999), quando identificaram que o PIB apresentava relevância apenas em municípios com maior desenvolvimento. Para Sen (2010), apesar da importância do recurso financeiro, tanto para os municípios quanto para o indivíduo, as condições sociais possuem impacto maior sobre o desenvolvimento humano. Faria *et al.* (2008) ressaltam que não se deve atentar somente na disponibilidade dos recursos, mas na sua boa aplicação para gerar boas condições sociais.

Tabela 5: Estimativas do Parâmetro para categoria de referência 3

|   | IFDM                  | B      | Erro padrão | Wald   | df | Sig.  | Exp(B) |
|---|-----------------------|--------|-------------|--------|----|-------|--------|
| 0 | Interceptação         | -1,362 | 2,439       | 0,312  | 1  | 0,577 |        |
|   | Infraestrutura social | -6,560 | 1,231       | 28,420 | 1  | 0,000 | 0,001  |
|   | Autofinanciamento     | -2,616 | 2,659       | 0,968  | 1  | 0,325 | 0,073  |
|   | Instrução social      | 3,833  | 0,849       | 20,377 | 1  | 0,000 | 46,198 |
|   | Capacidade econômica  | -2,396 | 1,997       | 1,439  | 1  | 0,230 | 0,091  |
| 1 | Interceptação         | 6,700  | 1,144       | 34,324 | 1  | 0,000 |        |
|   | Infraestrutura social | -5,858 | 0,765       | 58,599 | 1  | 0,000 | 0,003  |
|   | Autofinanciamento     | -1,772 | 0,295       | 36,061 | 1  | 0,000 | 0,170  |
|   | Instrução social      | 1,991  | 0,438       | 20,627 | 1  | 0,000 | 7,324  |
|   | Capacidade econômica  | -0,952 | 0,267       | 12,672 | 1  | 0,000 | 0,386  |
| 2 | Interceptação         | 7,881  | 1,138       | 47,928 | 1  | 0,000 |        |
|   | Infraestrutura social | -3,964 | 0,750       | 27,940 | 1  | 0,000 | 0,019  |
|   | Autofinanciamento     | -0,979 | 0,192       | 25,881 | 1  | 0,000 | 0,376  |
|   | Instrução social      | 1,177  | 0,424       | 7,701  | 1  | 0,006 | 3,245  |
|   | Capacidade econômica  | -0,259 | 0,210       | 1,518  | 1  | 0,218 | 0,772  |

**Fonte:** dados da pesquisa

Ressalta-se o fator Instrução social, cuja queda da qualidade da educação e aumento do número de fecundidade, condições que fazem elevar o valor deste fator, aumentam as chances de queda do nível de desenvolvimento, em nível mais elevado. Este resultado reflete mais uma vez a influência negativa deste fator sobre o aumento e manutenção do nível de desenvolvimento humano nos municípios mineiros.

A Tabela 6 consiste na classificação da regressão, cujo modelo utilizado foi capaz de prever 80,5% de acerto nos níveis do IFDM geral, sendo o de nível 2 apresentou maior capacidade de previsão, com 89,2%.

Os resultados demonstraram, como já constatado por Sen (2010), Minayo *et al.* (2000) e por Poradzisz e Florczak (2013), a influência das condições sociais, destacadas pelos fatores infraestrutura social e instrução social, no desenvolvimento humano. Scarpin e Slomski (2007) ressaltam ainda que não somente a disponibilidade destes serviços, mas também sua qualidade são fundamentais no desenvolvimento humano.

Tabela 6: Classificação da Regressão

| Observado          | Previsto |       |       |      | Encontrado |
|--------------------|----------|-------|-------|------|------------|
|                    | 0        | 1     | 2     | 3    |            |
| 0                  | 0        | 3     | 0     | 0    | 0,0%       |
| 1                  | 0        | 175   | 75    | 0    | 70,0%      |
| 2                  | 0        | 48    | 422   | 3    | 89,2%      |
| 3                  | 0        | 0     | 17    | 6    | 26,1%      |
| Porcentagem global | 0,0%     | 30,2% | 68,6% | 1,2% | 80,5%      |

**Fonte:** dados da pesquisa

Quanto aos aspectos dos recursos públicos, identificados nos fatores autofinanciamento e capacidade econômica, vale ressaltar sua importância no financiamento de políticas públicas. Contudo, a existência dos recursos não significa necessariamente a melhoria do desenvolvimento humano, como identificado neste estudo. Neste aspecto torna-se necessário considerar a eficiência e a qualidade da aplicação e da gestão para que os recursos possam promover o desenvolvimento humano.

## 5 Considerações Finais

O estudo identificou quatro fatores condicionantes para o desenvolvimento humano, sendo que a infraestrutura social e a instrução social apresentaram maiores relevâncias, comparado com os demais fatores, quando tratado o IFDM de forma global. Contudo, ao analisar os estratos do IFDM, o fator infraestrutura social, que apresenta a relação do meio ambiente e do atendimento à programas sociais, apresentou relevância apenas nas faixas mais elevadas, indicando que quanto maiores forem as condições sociais, maior tenderá a ser o desenvolvimento da região.



Observou-se a importância do autofinanciamento e da capacidade econômica dos municípios na manutenção do nível de desenvolvimento, e as consequências da redução de recursos na queda dos níveis de desenvolvimento humano. Este fato aponta para a necessidade de recursos públicos na manutenção dos programas sociais e no impacto no orçamento municipal, indicando que a redução orçamentária pode resultar na queda do nível de prestação de serviços. Embora se constate que o aumento dos recursos não significa aumento da prestação de serviços públicos, como já descrito na literatura. Este fato se dá pela não condicionalidade e discricionariedade de alguns recursos, que podem ser direcionados às outras contas que não promovem diretamente a melhoria do desenvolvimento.

Por fim, observa-se que, pelas diversas condições que inferem no desenvolvimento humano, muito se torna complexa a sua análise. Torna-se fundamental destacar o papel do Estado na formulação de políticas públicas integradas, que se articulam, a fim de promover de forma mais eficiente sua promoção. Percebe-se ainda que, apesar do fator da capacidade econômica e de autofinanciamento não apresentarem significância na pesquisa, é fato que as melhorias de fatores sociais podem ser capazes de gerar um ciclo de desenvolvimento, onde o bem-estar social promova a criação de riqueza municipal e esta promova o bem-estar social.

Sabendo-se que os recursos públicos, por si só, não possuem significância no avanço do desenvolvimento humano, é importante, para pesquisas futuras, analisar de que forma a gestão pública afeta o nível de desenvolvimento humano municipal, considerando a eficiência pública e os gastos do governo nas políticas sociais.

## Referências

ABBOTT, A.; JONES, P. (2012). Intergovernmental transfers and procyclical public spending. *Economics Letters*, 115 (3), pp. 447-451.

AMORIM NETO, O.; SIMONASSI, A. G. (2013) Bases políticas das transferências intergovernamentais no Brasil (1985-2004). *Revista de Economia Política*, 33 (4), pp. 704-725.

ARRETCHE, M. (2005). Quem taxa e quem gasta. *Revista Sociologia e Política*, Curitiba, Dossiê "Federalismo", 24 (jun 2005), pp. 69-85.

ARRETCHE, M. (2010). Federalismo e igualdade territorial: uma contradição em termos? *Dados*, 53 (3), pp. 587-620. doi: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582010000300003>>.

BAIÃO, A. L. (2013). *O papel das transferências intergovernamentais na equalização fiscal dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: (Dissertação de mestrado) - Fundação Getúlio Vargas, FGV.

BARBER, B. K. et al. 2014. Politics drives human functioning, dignity, and quality of life. *Social Science & Medicine*, 122 (dez 2014), pp. 90–102. Doi. <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0277953614006224>>.

BILBAO-UBILLOS, J. (2012). Another Approach to Measuring Human Development: The Composite Dynamic Human Development Index. *Social Indicators Research*, 111 (2), pp. 473-784. doi: <<http://link.springer.com/article/10.1007%2Fs11205-012-0015-y>>.

BOADWAY, R. W. (2007). A Conceptual Perspective. In: BOADWAY, R. W.; SHAH, A. *Intergovernmental fiscal transfers: principles and practices*. Washington: World Bank Publications. p. 572.

BRASIL. (1966). LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. *Diário Oficial da União*.

BRASIL. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*.

BRUNOZI JÚNIOR, A. C. et al. (2011). Efeito das transferências intergovernamentais e arrecadação tributária sobre os indicadores sociais da saúde e educação em Minas Gerais. *RIC - Revista de Informação Contábil*, 5 (2), pp. 99-121. doi: <<http://www.revista.ufpe.br/ricontabeis/index.php/contabeis/article/view/241/226>>.

BUSS, P. M. (2000) Promoção da saúde e qualidade de vida. *Ciência & Saúde Coletiva*, 5 (1), pp. 163-177. Doi: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232000000100014>>.

COSSIO, F. A. B. (1995). *Disparidades econômicas inter-regionais, capacidade de obtenção de recursos tributários, esforço fiscal e gasto público no federalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: (Dissertação Mestrado) Pontifícia Universidade Católica, PUC.

COSTA, C. C. D. M. et al. (2012). Disparidades inter-regionais e características dos municípios do estado de Minas Gerais. *Desenvolvimento em Questão*, 10 (20), 2012. pp. 52-88.

FARIA, F. P.; JANNUZZI, P. D. M.; SILVA, S. J. D. (2008). Eficiência dos gastos municipais em saúde e educação: uma investigação através da análise envoltória no estado do Rio de Janeiro. *Revista de Administração Pública*, 42(1), pp. 155-177. doi.: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122008000100008>>.

FARIA, L. C. D. S. et al. (2011). Indicadores de Qualidade de Vida nos Municípios Mineiros e Eficiência Alocativa de Recursos Públicos. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 6 (1), pp. 87-103.

FÁVERO, L. P. (2015). *Modelos de Regressão com EXCEL®, STATA® e SPSS®*. Rio de Janeiro: Elsevier. 504 p.

- FIRJAN. (2014). IFDM: Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal. *Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro*. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/ifdm>>. Acesso em: 03 mar. 2016.
- FREITAS, A. F. D.; FREITAS, A. F. D.; DIAS, M. M. (2012). Mudanças conceituais do desenvolvimento rural e suas influências nas políticas públicas. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 46(6), pp. 1575-1597.
- GALVARRO, M. P. S. Q.; BRAGA, M. J.; FONTES, R. M. O. (2008). Federalismo fiscal e disparidades no Estado de Minas Gerais. *XXXII EnANPAD*, Rio de Janeiro.
- GRZYBOVSKI, D.; HAHN, T. (2006). Educação fiscal: premissa para melhor percepção da questão tributária. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 40 (5), pp. 841-864.
- GUERRA, F. F.; FÍGOLI, M. B. G. (2013) Esperança de vida e sua relação com indicadores de longevidade: um estudo demográfico para o Brasil, 1980-2050. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 30 (sup. 0), pp. 85-102. doi: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-30982013000400006>>.
- GUIMARÃES, T. M. R.; ALVES, J. G. B.; TAVARES, M. M. F. (2009). Impacto das ações de imunização pelo Programa Saúde da Família na mortalidade infantil por doenças evitáveis em Olinda, Pernambuco, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 25 (4), pp. 868 - 876. doi: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2009000400018>>.
- HAIR JR., J. F. et al. (2009). *Análise Multivariada de dados*. Porto Alegre: Bookman. 688 p.
- HEO, U.; HAHM, S. D. (2015). Democracy, Institutional Maturity, and Economic Development. *Social Science Quarterly*, 96 (4), pp. 1041-1058.
- HOU, J.; WALSH, P. P.; ZHANG, J. (2015). The dynamics of Human Development Index. *The Social Science Journal*, 52 (3), pp. 331-347.
- IBGE. (2010). *Síntese de indicadores sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2010*. Brasília: IBGE.
- IBGE. (n. d.) Banco de Dados Agregados. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 14 out. 2015.
- KAPURIA, P. (2014). Quality of Life in the City of Delhi: An Assessment Based on Access to Basic Services. *Social Indicators Research*, 117 (2), pp. 459-487.
- KRAN, F.; FERREIRA, F. P. M. (2006). Qualidade de vida na cidade de Palmas - TO: uma análise através de indicadores habitacionais e ambientais urbanos. *Ambiente & Sociedade*, 9 (2), pp. 123-141. doi: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2006000200007>>.
- LEROY, R. S. D. (2015). *Estrutura arrecadatória e desenvolvimento socioeconômico dos municípios mineiros*. Viçosa: (Dissertação de Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Viçosa, UFV.

LIRA, N. K. M.; MONTEIRO, A. D. O.; FADUL, É. M. C. (2013). A distribuição de receitas públicas nos municípios do estado da Bahia: uma análise crítica de sua equidade. *Revista Organizações & Sociedade*, 20 (66).

LÜ, X. (2015). Intergovernmental Transfers and Local Education Provision – Evaluating China's 8-7 National Plan for Poverty Reduction. *China Economic Review*, 33. pp. 200-211.

MARINHO, E.; JORGE NETO, P. D. M. (1999). Gastos públicos e condições de vida nos municípios do estado do Ceará. *Revista de Administração Pública*, 33 (3), pp. 139-160.

MARÔCO, J. (2006). *Análise estatística com utilização do SPSS*. 6. ed. Lisboa: Edições Sílabo.

MASSARDI, W. D. O. (2014). *Esforço Fiscal e Desempenho Socioeconômico dos Municípios Mineiros*. Viçosa: (Dissertação de Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Viçosa, UFV.

MCFADDEN, D. (1979). Quantitative Methods for Analyzing Travel Behaviour of Individuals: Some Recent Developments. In: HENSHER, D. A.; STOPHER, P. R. *Behavioural Travel Modelling*. Londres: Croom Helm, pp. 279 - 318.

MENDES, M.; MIRANDA, R. B.; COSIO, F. B. (2008). Transferências intergovernamentais no Brasil: diagnóstico e proposta de reforma. *Texto para Discussão, Consultoria Legislativa do Senado Federal*, 40.

MINAYO, M. C. D. S.; HARTZ, Z. M. D. A.; BUSS, P. M. (2000). Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. *Ciência e Saúde Coletiva*, 5, pp. 7-18.

MORATO, R. G.; KAWAKUBO, F. S.; LUCHIARI, A. (2008). Avaliação da qualidade de vida urbana no município de Embu por meio de técnicas de geoprocessamento. *GEOUSP - Espaço e Tempo*, (23), pp. 149-163. doi: <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2008.74086>>.

MUSGRAVE, R. A.; MUSGRAVE, P. B. (1980). *Finanças públicas: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Campus, 673 p.

OTTONELLI, J.; MARIANO, J. L. (2014). Pobreza multidimensional nos municípios da Região Nordeste. *Revista de Administração Pública*, 48 (5), pp. 1253-1279. doi: <<http://dx.doi.org/10.1590/0034-76121724>>.

PESTANA, M. H.; GAGEIRO, J. N. (2008). *Análise de dados para ciências sociais: a complementaridade do SPSS*. 5. ed. Lisboa: Sílabo, 694 p.

PORADZISZ, M.; FLORCZAK, K. (2013). *Quality of Life Input or Outcome?*, 26 (2), pp. 116-20.

SCARPIN, J. E.; SLOMSKI, V. (2007). Estudo dos fatores condicionantes do índice de desenvolvimento humano nos municípios do estado do Paraná: instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão governamental. *Revista de*

*Administração Pública*, 41 (5), pp. 909-933. doi: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122007000500006>>.

SEN, A. (2010). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 461 p.

SHAH, A. (2007). A Practitioner's Guide to intergovernmental Fiscal Transfers. In: BOADWAY, R. W.; SHAH, A. *Intergovernmental fiscal transfers: principles and practices*. Washington: World Bank Publications, pp. 572.

SILVA, A. D. A. P. (2009). *Eficiência na alocação de recursos públicos e qualidade de vida nos municípios de Minas*. Viçosa: (Dissertação de Mestrado) - Universidade Federal de Viçosa, UFV.

SOBEL, R. S.; CROWLEY, G. R. (2014). Do intergovernmental grants create ratchets in state and local taxes? *Public Choice*, 158 (1), pp. 167-187. doi: <<http://link.springer.com/article/10.1007/s11127-012-9957-5>>.

SOBREIRA, R.; CAMPOS, B. C. (2008). Investimento público em educação fundamental e a qualidade do ensino: uma avaliação regional dos resultados do Fundef. *Revista de Administração Pública*, 42 (2), pp. 327-347. doi: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122008000200006>>.

SOUZA, C. (2003). Federalismo e conflitos distributivos: disputa dos estados por recursos orçamentários federais. *Dados*, 46 (2), pp. 345-384.

TEIXEIRA, C. F.; PAIM, J. S. (2000). Planejamento e programação de ações intersetoriais para a promoção da saúde e da qualidade de vida. *Revista de Administração Pública*, 34 (6), pp. 63-80.

TESOURO NACIONAL. (2013). Finanças do Brasil - FINBRA. *Tesouro Nacional*. doi: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/contas-anuais>>. Acesso em: 13 out 2015.

WU, P.-C.; FAN, C.-W.; PAN, S.-C. (2014). Does Human Development Index Provide Rational Development Rankings? Evidence from Efficiency Rankings in Super Efficiency Model. *Social Indicators Research*, 116 (2), pp. 647-658. doi: <<http://link.springer.com/article/10.1007/s11205-013-0285-z>>.